

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 134-A, DE 2007, DO SR. ALCENI GUERRA, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 208 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 1º DO ART. 211" (PREVÊ A PUNIÇÃO PARA O AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA GARANTIA À EDUCAÇÃO BÁSICA, EM CASO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE FORA DA ESCOLA, E O ATENDIMENTO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 134-A, DE 2007

Acrescenta parágrafo ao art. 208 da Constituição Federal e dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 211.

Autor: Deputado ALCENI GUERRA

Relatora: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

I – RELATÓRIO

A presente Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Alcení Guerra, “acrescenta parágrafo ao art. 208 da Constituição Federal e dá nova redação ao § 1º do art. 211”. A primeira das alterações proposta no texto constitucional prevê a punição para o agente público responsável pela garantia à educação básica, em caso de criança e adolescente fora da escola, e a nova redação ao § 1º do art. 211 preconiza o atendimento em tempo integral de oito horas diárias na escola, mediante a assistência técnica e financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Segundo o autor da matéria, o disposto na Constituição Federal, seu art. 208 e parágrafos, estabelece o dever do Estado de propiciar educação básica e o princípio segundo o qual o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. Em consequência, o ensino obrigatório pode

ser objeto de ação própria e específica, inclusive com a participação do Ministério Público, com vista à sua obtenção.

O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, nos termos do § 2º do art. 208 da Constituição Federal.

Além disto, o § 3º do artigo citado estabelece a obrigatoriedade de recenseamento dos educandos no ensino fundamental, da chamada e fiscalização de sua freqüência à escola.

Ainda na justificação de sua Proposta de Emenda à Constituição, o ilustre Deputado Alcení Guerra afirma que se pode extrair desses dispositivos constitucionais a responsabilidade de todas as autoridades envolvidas no processo educacional, desde os diretores das escolas até o membro do Ministério Público responsável pela Promotoria da Infância e da Juventude.

Entretanto, número significativo de crianças e adolescentes ainda se encontra fora da escola, perambulando pelas ruas, prostituindo-se, drogando-se, exercendo trabalho proibido em lei ou até mesmo praticando delitos.

O nobre Parlamentar professa a crença segundo a qual se todos estivessem na escola na idade certa, recebendo a formação adequada, o índice de criminalidade seria reduzido drasticamente no País. E argumenta com sua própria experiência à frente da Prefeitura Municipal de Pato Branco, no Estado do Paraná, quando adotou, em 1987, o regime de educação em tempo integral para todos os alunos e os índices de criminalidade no Município foram reduzidos.

Além da colaboração de todos – diretores de escola, secretários de educação, promotores da Vara da Infância e Juventude, juízes de direito –, o Deputado Alcení Guerra defende, ainda, ser necessário a aplicação de sanções mais rigorosas para as autoridades mencionadas no art. 208 da Constituição Federal, quando estas descumprirem o dever institucional determinado pela Carta Magna.

Quando não for assegurado o ensino obrigatório para todos, se os responsáveis forem os diretores de escola deverão ser afastados de suas funções, após o devido processo legal, em que se garantam o contraditório e a ampla defesa. No caso de responsabilidade do chefe do

Executivo, este deverá ser responsabilizado, sujeitando-se à perda do cargo e até mesmo à inelegibilidade. O membro do Ministério Público que não exercer a fiscalização que lhe compete também deverá ser responsabilizado, sujeitando-se a sanções administrativas compatíveis com a natureza do seu cargo, na conformidade da Lei Orgânica do Ministério Público.

Simultaneamente, a PEC em apreço introduz no texto constitucional “o tempo integral de oito horas diárias na escola”, por entender que oferecer tão somente a escola por quatro horas e punir aos agentes públicos e aos pais ou responsáveis pela criança não seria um componente estratégico para o combate à pobreza e à exclusão social, pois a educação infantil é um imperativo da sociedade, e não pode ser ministrada em tempo tão reduzido. Até por questões de natureza econômica, que significa proteger a criança enquanto a mãe trabalha, a educação precisa ser oferecida em tempo integral.

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 34, § 2º) já dispõe que *o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino*, quanto o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, Capítulo sobre o Ensino Fundamental, Objetivos e Metas nº 21), prevê *ampliar progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente*.

As creches e pré-escolas têm papel relevante no combate à desnutrição e na melhoria dos indicadores de crescimento e desenvolvimento das crianças dos setores populares. No caso do ensino fundamental, além dos aspectos de aprendizagem, o tempo integral contribuirá para impedir o trabalho infantil e afastar as crianças e adolescentes da criminalidade precoce. Por essas razões, a PEC em apreciação, propõe a introdução do tempo integral na escola brasileira com envolvimento de todos os níveis de governo em sua manutenção.

Encontra-se tramitando apensada à PEC nº 134, de 2007, oferecida à apreciação do Congresso Nacional em 15 de agosto de 2007, a Proposta de Emenda à Constituição nº 141, de 2007, também de autoria do nobre Deputado Alcení Guerra e apresentada em 23 de agosto de 2007, que “acrescenta novo parágrafo ao art. 211 da Constituição Federal para dispor que os Municípios e Estados da Federação estão obrigados, a partir de 1º de janeiro de 2011, respectivamente, a manter em tempo ininterrupto de oito horas diárias nas escolas

todas as crianças e adolescentes, com direito à atenção integral necessária ao crescimento normal e ao desenvolvimento.”

A Proposta de Emenda à Constituição principal, em apreço, e sua apensada, foram encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que opinou unanimemente por sua admissibilidade, em reunião ordinária realizada no dia 3 de setembro de 2008, nos termos do Parecer do Relator Deputado Índio da Costa.

Em 16 de dezembro daquele ano, foi apresentada à apreciação do Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 317, de 2008, de autoria do Deputado Felipe Maia (DEM/RN), que “altera o art. 208, inciso I, da Constituição Federal, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental”. Essa proposição foi apensada à PEC nº 134, de 2007, em 09 de setembro de 2009.

Nos termos do art. 202, § 2º, combinado com o art. 33, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foi criada Comissão Especial destinada a proferir parecer a PEC nº 134, de 2007, e suas apensadas. Em 9 de dezembro de 2009, instalou-se a referida Comissão, quando se deu a eleição para o cargo de Presidente e de Relator da matéria, tendo sido eleitos, respectivamente, o Deputado Nilson Mourão (PT/AC) e a Deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO).

O prazo regimental de dez sessões ordinárias para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição foi aberto em 10 de dezembro de 2009. Esgotado esse prazo, não foram oferecidas emendas à Comissão Especial.

Como Relatora desta Comissão e diante da importância da matéria, acertamos com os demais membros a realização de três audiências públicas em que seriam ouvidas os gestores educacionais dos níveis de governo e especialistas em educação e finanças públicas.

Na primeira audiência pública, realizada em 11 de maio de 2010, prestaram seus depoimentos:

1. André Luiz de Figueiredo Lázaro – Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), representando o Ministério da Educação; e

2. Danilo Melo Sousa – Dirigente Municipal de Educação de Palmas, Estado do Tocantins, representando a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Na segunda audiência pública, realizada em 18 de maio de 2010, participaram:

1. Jaqueline Moll – Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHuC / SECAD), do Ministério da Educação;

2. Célio da Cunha – Representante da UNESCO; e

3. Élvia Paranaguá – Subsecretária para Educação Integral da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, representando o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

Na terceira audiência pública, realizada em 08 de junho de 2010, foram ouvidos:

1. Clélia Brandão – Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE);

2. Lúcia Velloso Maurício – Pesquisadora do Núcleo de Estudos – Tempo, Espaço e Educação Integral, na Cidade do Rio de Janeiro; e

3. Paulo Augusto Meyer Nascimento – Técnico de Planejamento e Pesquisa, representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento.

Em 11 de maio de 2010, na primeira das três audiências publicadas desta Comissão Especial, o Senhor André Lázaro, do Ministério da Educação, começou por afirmar que a educação integral no Brasil é um sonho de longa data, pois já os pioneiros da educação falavam da necessidade de uma educação integral. Educação integral implica a natureza dos conteúdos curriculares e os tempos e espaços necessários a essa experiência educacional.

A base legal normativa para a educação integral no Brasil encontra-se na LDB e no Plano Nacional de Educação. O Brasil conhece diversas experiências de educação integral. A experiência dos CIEPs do Professor Darcy Ribeiro, que infelizmente foi descontinuada, porque respondia às expectativas da população carioca e fluminense. Talvez uma das razões

para essa descontinuidade tenha sido a decisão política de montar uma estrutura na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro paralela à Secretaria de Educação tradicional. O aprendizado dessa experiência levou o Ministério da Educação a procurar trabalhar com a rede pública de ensino, com as estruturas das Secretarias de Educação para que a política de educação integral seja permanente, estável e possa evoluir no tempo, não segregando um grupo que terá e outro que não terá acesso à educação integral.

Em 2007, foi elaborado o primeiro documento do atual Governo Federal sobre a educação integral, propondo uma articulação de políticas públicas em favor da educação, com base no princípio de que: *Lugar de criança, adolescente e jovem é na escola*. Portanto, as políticas públicas para essa população têm que conversar com a escola. Não faz sentido uma política pública para crianças, adolescentes e jovens que não enxergue a escola como seu lugar de referência. Nesse sentido foi elaborada a Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, assinada pelos Ministros Fernando Haddad, Patrus Ananias, Orlando Silva e o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Esses quatro Ministérios acordavam a instituição do Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, projetos e programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas de visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

No País, existem diferentes estratégias de oferta de educação integral. Em Apucarana, no Paraná, a educação integral é oferecida no interior das escolas para todas as crianças. Em Belo Horizonte, combina-se o espaço escolar com diferentes espaços comunitários. Em Nova Iguaçu, criou-se a experiência do bairro escola, a partir da qual a cidade foi se organizando para acolher as crianças, com as ruas pintadas de forma diferente e a retirada dos obstáculos que impediam o trânsito das crianças. Em Diadema, cada vez que as crianças vão visitar algum lugar, como o Jardim Zoológico, o Museu de Ciências ou de Artes, elas são transportadas por ônibus e, para atravessar a rua, estendem uma faixa que diz: *O Mais Educação está passando*, e com isso se começa a sensibilizar a cidade para o acolhimento da criança e a induzir o gestor público para que prepare a cidade para as crianças, na lógica da cidade educadora.

O Programa Mais Educação, do Ministério da Educação é um procedimento dentre os muitos da educação integral. Entre suas vantagens, destacou-se que o Mais Educação não exige que a escola tenha espaço para acolher todas as crianças durante todo o tempo, pois infelizmente muitas escolas brasileiras não têm condições desse atendimento na medida em que funcionam com até 3 turnos de crianças: turno da manhã, do meio e da tarde. Portanto, o Mais Educação trabalha com a seguinte lógica: ampliação do tempo, dos espaços e das oportunidades de aprendizagem. Por tempo, entende-se a ampliação da jornada para pelo menos 7 horas diárias. Por espaços, valoriza-se a integração comunitária das escolas: a escola com clubes, igrejas, sindicatos, museus etc. O Senhor André Lázaro informou que o Exército se dispôs — ainda não assinou, mas está em fase de finalização — a colocar instalações de sua propriedade à disposição das escolas que se propõem a oferecer jornada ampliada a seus alunos mas que não dispõem de espaço.

O Programa Mais Educação trabalha com a concepção de que o aprendizado das crianças não se restringe ao aprendizado que pode ser entendido como curricular. Há aprendizado de artes que se faz na convivência com os centros culturais da sua cidade, há um aprendizado de cidadania que pode ser feito em visitas à Câmara de Vereadores, à Assembléia Legislativa, aos tribunais.

O Programa prioriza as escolas de menor IDEB das regiões metropolitanas e oferece a essas escolas um *menu* de atividades. Há uma atividade obrigatória, que é o acompanhamento pedagógico. Numa linguagem não pedagógica, é o reforço escolar. Obrigatoriamente, todas as escolas do Mais Educação têm que dedicar um tempo de suas atividades para que as crianças tenham apoio em Matemática, Ciências, Língua Portuguesa. São diversas possibilidades, mas obrigatoriamente a criança tem que participar de um acompanhamento pedagógico, porque o critério de escolha daquela escola é porque apresenta baixo rendimento de aprendizagem. Portanto, o trabalho direciona-se para fortalecer a aprendizagem pelo reforço pedagógico.

O Mais Educação está organizado em um menu de atividades chamado de macrocampos – Ciências, Direitos Humanos, Arte, Lazer, Esportes... – no qual a escola e o aluno escolhem e o MEC financia a atividade para que a escola compre os materiais no comércio local. Portanto, quando são compras de pequena monta, o recurso vai direto para a escola por meio de um programa que tem mais de 20 anos no Brasil, o PDDE, muito bem

sucedido. A escola recebe o dinheiro e faz a compra na comunidade, fortalecendo a economia local. No caso das compras maiores, como da banda fanfarra, do *hip hop*, de equipamento de rádio e TV, que são um pouco mais caras, o MEC compra por pregão eletrônico e oferece às escolas. Por fim, o Ministério da Educação disponibiliza um recurso de custeio, por meio do qual, utilizando a lei do voluntariado, a escola pode mobilizar jovens profissionais para completarem e acompanharem as atividades desenvolvidas por meio do Mais Educação.

No primeiro ano do Programa, em 2008, foram beneficiadas 1.378 escolas. Em 2009, 5.005 escolas e, em 2010, foi atingido o número de 10.000 escolas, todas com baixo IDEB, em regiões metropolitanas.

O objetivo do Ministério é que Estados e Municípios possam se apropriar dessa tecnologia e tomar as próprias iniciativas. O principal desafio é impedir que se constituam duas escolas: uma escola mais lúdica e uma escola formal; é impedir uma fragmentação da experiência pedagógica, entendendo que as duas dimensões da experiência pedagógica são fundamentais. Ou seja: é preciso que o jovem e a criança tenham a experiência, digamos, mais disciplinar de estudar matemática, português, geografia e também tenham a experiência cultural, artística, estética, esportiva, cidadã, no contraturno, mas que deve incorporar elementos da experiência pedagógica.

O melhor exemplo para essa combinação feliz de dois tipos de atividades parecem ser as hortas escolares. Atividade muito frequente no *Mais Educação*, na horta escolar a criança aprende a lidar com a terra minimamente, o que consiste em experiência insubstituível para as crianças urbanas. Ao mesmo tempo, o professor de matemática pode trabalhar noções de área e perímetro, e o professor de ciências pode trabalhar com horta escolar.

O Senhor André Lázaro finalizou sua exposição apresentando o material do Ministério da Educação que disponibilizou à Comissão Especial e afirmou ter clareza de que há muitas estratégias para a implementação da educação integral no País. O Ministério da Educação espera estar conduzindo o processo de tal maneira a respeitar a diversidade brasileira e a autonomia dos gestores educacionais. O MEC afirma que, obrigatoriamente, tem de haver acompanhamento pedagógico, se a criança está com dificuldade de aprendizagem, e, quanto ao restante, que o gestor faça

o melhor, estabeleça o equilíbrio, busque aquilo que as suas alternativas permitem. E o Ministério tem encontrado acolhida positiva à sua proposta e ao seu trabalho em todo o País, inclusive por meio das videoconferências que realiza regularmente para discutir os problemas do Mais Educação com todos os parceiros do Programa.

O custo aproximado do Mais Educação, sob responsabilidade do FNDE nas 10 mil escolas brasileiras, com cerca de 3,3 milhões de alunos, que possuem projetos prontos do Programa é de 60 mil reais por escola/ano. Esse custo é aproximado porque varia de acordo com o número de alunos e com a natureza da atividade, mas não é um custo exorbitante, impossível.

Por fim, o Senhor André Lázaro apontou como dificuldade para a implementação do Mais Educação a falta de profissionais com formação para trabalhar apoiando as crianças que não seja o professor. Por isso, foi importante a CNTE participar do debate, e uma das propostas é que as escolas técnicas formem no nível médio um profissional que possa acompanhar essa atividade.

A seguir, usou a palavra o Senhor Danilo Melo Sousa, Dirigente Municipal de Educação de Palmas, que começou por afirmar que educação integral é um debate muito recente no Brasil, apesar de que as experiências de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro ainda hoje fazem parte do contexto nacional. Mas educação integral no Brasil sempre existiu para um segmento da classe média e média alta, que, além de sempre manter seus filhos na escola no período regular, criou condições para oferecer aulas de línguas, acesso às atividades culturais e/ou esportivas etc. O debate hoje é como assegurar a educação integral para todas as crianças e os jovens deste País.

A idéia da escola integral traz à reflexão que quantidade de educação também faz qualidade. Toda a vez que se discute sobre o desempenho dos estudantes brasileiros nos exames internacionais fica-se meio decepcionado, porque o País fica quase sempre na lanterninha. Mas é preciso fazer a reflexão sobre o tempo que os outros países dedicam às crianças no ensino formal e em políticas de acesso aos bens de cultura. No Brasil, um estudante tem no máximo três horas de matemática por semana nas escolas básicas, enquanto na Finlândia esse número mais que dobra.

Educação integral precisa ser condição para ampliar o universo cultural das crianças.

Nos próximos 20 ou 30 anos, o Brasil irá vivenciar redução significativa de matrículas na educação básica como resultado da mudança do perfil demográfico de sua população. Em consequência, salas de aula ficarão ociosas, criando-se os espaços necessários para que se faça a educação em tempo integral, que não se resume às escolas-parque de Anísio Teixeira ou a experiência dos brizolões. Prédios bonitos são importantes, mas é preciso ser criativo, repensar os espaços, pensar na utilização adequada desses espaços, e muitas vezes fazer um exercício de análise do gasto educacional. O financiamento do Fundeb é um instrumento muito importante. Na experiência de Palmas, foi possível observar que as pequenas escolas espalhadas na zona rural terminam por consumir grande parte do orçamento da educação no transporte escolar. Em Tocantins, há municípios que utilizam mais de 30% dos seus recursos só no custeio do transporte de seus alunos. A implementação do tempo integral nas escolas da zona rural em Palmas reduziu as despesas com transporte escolar, ampliou a experiência escolar das crianças e melhorou o desempenho acadêmico das escolas da zona rural.

O Brasil tem várias experiências de educação integral. Palmas é uma experiência muito localizada, muito específica, diz respeito à situação daquele Município, com toda a sua especificidade.

Há alguns riscos no processo de implantação da jornada de tempo integral. Essa expansão da jornada integral precisa ser planejada e precisa ocorrer em regime de colaboração, e não de disputa por recursos públicos e matrículas. É preciso melhorar os gastos, não só do transporte escolar, mas em todos os aspectos. As escolas pequenas têm que ser revistas, pois os custos de manutenção e o valor aluno/ano dessas escolas ficam muito altos, na medida em que, mesmo com 40 ou 50 alunos, uma escola precisa ter uma equipe diretiva, vigias, despesas com a manutenção do prédio etc. Em Palmas, há escolas pequenas com quatro horas de aula diárias cujo custo aluno/ano é quase o dobro das escolas de tempo integral.

Ao mesmo tempo, há alguns espaços nas escolas muito mal utilizados. Muitas vezes laboratório de informática e biblioteca são depósitos de livros e computadores e os alunos não vão lá. Nas escolas de tempo integral em Palmas, laboratório de informática e biblioteca são salas de

aula, e todos os dias as crianças têm aula em todos os horários nesses espaços.

A implantação da educação integral em Palmas evoluiu de 822 alunos para os atuais 15.000 alunos na educação integral, o que corresponde a 51% da matrícula da rede municipal de ensino. Este ano chegará a 70%. A rede municipal corresponde a mais de 60% matrículas da rede pública no Município, sendo o restante quase 40% de responsabilidade da rede estadual.

A idéia de que a escola integral seria uma escola para pobres e em situação de riscos está sendo superada na realidade de Palmas, pois as escolas municipais são hoje também frequentadas pela classe média e há uma lista de espera muito grande. Também são matriculadas muitas crianças que vêm de situações sociais complexas, às quais são asseguradas oportunidades de, independentemente do seu passado, das suas dificuldades, interagirem com outras crianças e terem um percurso escolar tranquilo, normal.

Em Palmas, há cinco modelos de oferta de educação integral: 1º) *modelo das salas integradas*, o mesmo modelo Mais Educação, com mais de três mil crianças, por meio do qual o Município recebe aporte significativo do Ministério da Educação; 2º) *modelo dos centros municipais de educação infantil*; 3º) *modelo educação integral no campo*, sendo integrais todas as matrículas na zona rural; 4º) *modelo de Pato Branco, no Paraná*, que não oferecia almoço para as crianças, com a utilização de escolas de grande qualidade construídas nas gestões anteriores que foram sendo aperfeiçoadas, incluindo-se nelas mais equipamentos, melhorando sua infraestrutura, para implantação da chamada jornada ampliada, que está sendo substituída e se tornando integral com 9 horas e meia e com a oferta de almoço, exigência da própria classe média; e 5º) *modelo da escola integral padrão*.

Por fim, o Senhor Danilo Melo Sousa destacou a autonomia do dirigente municipal e do gestor escolar, com a descentralização de recursos financeiros. Mais de 90% dos recursos da escola chegam para o diretor, que faz o seu gerenciamento. Esse é um dos elementos-chave do sucesso da escola integral e a preocupação da gestão neste momento é a sustentabilidade e institucionalização da experiência em curso na rede municipal de ensino. Do ponto de vista da institucionalização, o Conselho Municipal de Educação já normatizou o currículo escolar. E está em andamento um concurso público abrangente, que prevê a contratação de professores de

dança, de música, de filosofia e de xadrez, disciplinas obrigatórias na educação básica de Palmas. Com tais medidas e iniciativas, espera-se que não venha ocorrer retrocesso na construção da escola de tempo integral no Município de Palmas, Estado de Tocantins.

Após a exposição dos dois convidados, os parlamentares presentes à audiência pública manifestaram suas posições, com destaque para as seguintes intervenções:

O Deputado Alcení Guerra, autor da PEC nº 134, de 2007, afirmou sua convicção sobre a importância do almoço na escola de tempo integral, e que a convivência das crianças no ambiente escolar por um período prolongado no dia gera a formação de uma rede de proteção social da infância e da juventude no País.

A Deputada Nilmar Ruiz, ex-Prefeita de Palmas, congratulou-se com a concepção do Ministério da Educação de flexibilidade para aceitação das diversas experiências em curso no Brasil de educação em tempo integral. Manifestou sua preocupação com a necessidade de capacitação diferenciada dos profissionais da educação para a atuação na educação de tempo integral e com a possibilidade de que, se a ampliação da jornada escolar ocorrer sem a correspondente alteração do projeto pedagógico, a permanência na escola poderá transformar-se não em motivo de satisfação para os alunos, mas em castigo. Reafirmou, por fim, o entendimento segundo o qual o importante é um projeto pedagógico integrado, que não precisa ser no mesmo espaço, mas que pode ser desenvolvido em espaços diferentes, espaços comunitários.

O Deputado Alfredo Kaeffer foi mais um parlamentar a manifestar a compreensão da necessidade de diferenciar escola de tempo integral de educação em tempo integral, defendendo a educação em tempo integral como método, como programa, como filosofia, e não a escola de tempo integral. Atividades complementares podem ser realizadas fora da escola, em áreas esportivas, áreas culturais, empresas, bibliotecas etc.

O Deputado Professor Sétimo também expressou o entendimento de que a questão central não é a construção de prédios, e sim aproveitar os espaços existentes para o segundo turno de atividades escolares. Também advogou que, na impossibilidade de implantar o tempo integral de uma só vez, a prioridade recaia sobre as áreas de risco social.

Ao comentar as intervenções dos senhores parlamentares, o Senhor André Lázaro do Ministério da Educação informou que o Programa Mais Educação tem previstos 360 milhões de reais e que, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o FNDE repassa às escolas que oferecem tempo integral o valor correspondente a três refeições: em lugar dos R\$ 0,30, elas recebem R\$ 0,90 por aluno/dia. Quanto aos resultados de aprendizagem dos alunos das escolas com tempo integral, informou que a SECAD acertou com o INEP o acompanhamento do IDEB das escolas do Mais Educação.

O Senhor Danilo Melo Sousa concordou com o Senhor André Lázaro sobre a importância da disciplina no ambiente escolar e quanto as atividades esportivas e culturais podem contribuir para esse aprendizado junto aos alunos. Por fim, manifestou seu entendimento de que, se espaço físico não é preponderante, também é verdade ser necessário construir melhores escolas de forma a superar a mentalidade segundo a qual qualquer escola serve para as camadas populares.

Na audiência pública realizada no dia 18 de maio de 2010, inicialmente fez sua exposição a Professora Jaqueline Moll, do Ministério da Educação, que comunicou a realização do 3º Encontro Nacional de Coordenadores do Programa Mais Educação, cuja abertura ocorreria naquele dia à noite.

A Professora Jaqueline Moll começou sua intervenção afirmando que, hoje, trata-se de escola de educação de tempo integral, pois tempo integral não remete necessariamente à educação integral. O Programa Mais Educação consiste na estratégia do Ministério da Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para induzir, com assistência técnica e financeira da União, a política pública de educação integral no Brasil e garantir sua permanência e sustentabilidade. Em 2007, com a criação do Fundeb, houve a definição de financiamento para a educação integral. Além dos recursos do Fundeb, o Mais Educação conta com recursos do PDDE, portanto com recursos de transferência legal da União para Estados e Municípios diretamente às escolas.

No que se refere à construção do campo conceitual e metodológico da educação integral, não se trata apenas de ampliar o tempo e fazer com que a escola estenda aquilo que vem fazendo da forma como vem fazendo. É preciso que se aborde as condições contemporâneas da sociedade

para pensar a educação integral, inclusive no que se refere à formação dos professores. A educação integral em tempo integral exige que as famílias se reorganizem no que diz respeito aos seus horários.

Em 2007, o Mais Educação começou com 1.380 escolas, em 2009 chegou a 5.040 e em 2010 chegará a 10.006 escolas. Prioritariamente em escolas de baixo IDEB, pois trata-se de política afirmativa em termos de permanência e aprendizagem dos alunos. Em 2008, o Programa começou em Municípios com mais de 200 mil habitantes, capitais e regiões metropolitanas. Em 2010, chegou a 400 Municípios, com mais de 90 mil habitantes. Os recursos investidos, por meio de transferência legal, no primeiro ano, foram da ordem de 45 milhões, específicos do Programa Dinheiro Direto na Escola. No ano passado, chegaram a 175 milhões. Este ano, a conta fechou em 400 milhões. Além dos recursos do Fundeb, recebidos pelas escolas que declaram esses estudantes com atividade de sete horas ou mais.

O Programa Mais Educação tem sua sustentação jurídica e institucional no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do Governo Federal, além da LDB, art. 34, do Plano Nacional de Educação de 2001, e da Lei do Voluntariado, de 1988. Os profissionais da escola de tempo integral devem ser professores e também profissionais de apoio a esse trabalho. O Mais Educação recorre, por inúmeras articulações com universidades, a estudantes universitários, que fazem o papel de mediadores no cotidiano da escola. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Política Nacional de Educação Ambiental, segundo a Professora Jaqueline Moll, são as duas sustentações dessa política. Não se pode falar em educação integral se, nas escolas, os estudantes resolverem seus conflitos por meio de atos violentos. É preciso aprender a dialogar, a respeitar a diversidade e o planeta em que vivemos. A educação ambiental e os direitos humanos são políticas estruturadoras de uma efetiva política de educação integral. Também constituem sustentação jurídica e institucional do Mais Educação o Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa, a Portaria Interministerial de 2007 que cria o Programa no âmbito do PDE, e as Resoluções do FNDE nº 19, de 2008; a nº 4, de 2009, e a nº 3, de 2010, que regulamentam as transferências do Programa Dinheiro Direto na Escola, em que a ação do Mais Educação se chama ação de educação integral, e as resoluções complementares nº 62 que trata de recursos para reforma, ampliação e cobertura de quadras escolares ou de espaços destinados ao esporte e ao lazer (em 2009, 5 milhões de reais do MEC para esse fim) e nº 67

que atualiza os valores da alimentação escolar. Os estudantes que estão no Programa Mais Educação recebem o triplo do valor do estudante que frequenta a escola de quatro horas diárias.

Segundo estudo em desenvolvimento, os países da OCDE posicionados acima da média nos exames do PISA são os que mantêm os alunos ao menos por seis horas na escola, ou sob sua responsabilidade. Além de assegurar mais aprendizagem, a ampliação da jornada escolar também contribui na garantia dos direitos humanos e enfrentamento do trabalho infantil, da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes.

A Professora Jaqueline Moll também relatou que o MEC vem introduzindo a temática da educação integral tanto na formação docente quanto na de novos profissionais, no âmbito dos cursos de Pedagogia, nas licenciaturas, e na constituição inclusive de carreiras técnicas de nível médio que permitam formar profissionais de apoio necessários à escola de educação integral.

Segundo a representante do MEC, a partir do legado de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, é preciso construir um paradigma contemporâneo de educação integral, o que está em andamento com a participação de 45 universidades brasileiras.

O Programa Mais Educação oferece 10 grandes macrocampos, nos quais há diversas atividades. As escolas fazem a escolha das atividades que complementarão, ampliarão sua jornada escolar, de acordo com seu projeto político-pedagógico e com as potencialidades, possibilidades e desejos das suas comunidades. Começa-se pelo acompanhamento pedagógico porque ainda há um déficit muito grande na aprendizagem das questões básicas de leitura e escrita. Essa é uma atividade obrigatória dentro desse cardápio. Desse universo de 10 mil e poucas escolas, cerca de 400 escolas de ensino médio começam essa experiência, em articulação com a proposta do ensino médio inovador. O segundo macrocampo é meio ambiente. Aqui, não há dúvida de que o campeão de escolha dos Municípios, até 2009 são as hortas escolares. Segundo os professores, por meio da horta ensina-se o conjunto dos conteúdos escolares: questões relativas à alimentação, à saúde, à preservação do meio ambiente. O terceiro macrocampo é esporte e lazer: o *tae-kwon-do* e o judô, que estavam muito longe das escolas públicas, e agora entram efetivamente, e há uma articulação de mil escolas entre o Programa Segundo Tempo e o Programa Mais Educação. O quarto

macrocampo refere-se aos direitos humanos. O quinto é cultura e artes, sucesso de público e de crítica entre os adolescentes. Leitura, banda, fanfarra — com retomada das bandas nas escolas — coral, *hip hop*, danças, teatro, pintura, grafite, desenho, escultura e, em 2010, flauta doce, cineclube, práticas circenses e mosaico. O sexto macrocampo é cultura digital, onde se encontra o PROINFO, numa articulação interna no Ministério e em ambiente de redes sociais, inclusive para ajudar os estudantes a construírem critérios para sua navegação. O sétimo macrocampo é prevenção e promoção da saúde, onde ocorre uma articulação com o Programa Saúde na Escola, com um conjunto de temas absolutamente relevantes para os alunos: saúde sexual e reprodutiva, prevenção, DST/AIDS, alimentação, saúde bucal e tantos outros. O oitavo macrocampo é comunicação e uso de mídias, que também faz muito sucesso entre crianças e adolescentes: jornal escolar, rádio escolar, histórias em quadrinhos e, neste ano, fotografia e vídeo, com muitos relatos de que a aprendizagem da leitura e da escrita começa a ganhar outro sentido quando as crianças param de escrever no caderno. O nono macrocampo é iniciação à investigação das ciências da natureza, com incentivo para a constituição de laboratórios, feiras e projetos científicos. Por fim, o décimo macrocampo é educação econômica, é novo e está começando a ser trabalhado.

A seguir, usou a palavra o Senhor Célio da Cunha, representando o Senhor Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, que, por motivo de força maior, não pôde estar presente na audiência pública do dia 18 de maio.

A idéia da escola de tempo integral está presente no relatório da UNESCO dos anos 70 que, sob o título *Aprender a Ser*, lançou a idéia de educação permanente e continuada. A concepção de cidade educadora remonta à Grécia Antiga e se articula, hoje, com a construção da educação de tempo integral.

Além das experiências já referidas de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, o Senhor Célio da Cunha lembrou também Fernando de Azevedo e Lourenço Filho e, ainda, John Dewey, em meados dos anos 20 do século passado. No século XIX, na Universidade de Chicago, Dewey realizara uma experiência revolucionária de educação em tempo integral, conhecida na história da educação como a Escola de Dewey. Anísio conhecia essa experiência e foi um dos grandes disseminadores das idéias de Dewey no Brasil. Não só dissemina as idéias mas elabora concepções teóricas de grande importância para a educação brasileira, e as implementa no antigo Distrito

Federal, em 1932, e depois no novo Distrito Federal. Para Anísio Teixeira e Dewey, a educação não é uma preparação para a vida — aí está a grande concepção da escola de tempo integral —, a educação é a própria vida. Foi com base nesse pressuposto que a Escola de Chicago foi pensada por Dewey e as escolas experimentais no Rio de Janeiro, as Escolas Guanabara e México, e depois no Distrito Federal foram pensadas por Anísio Teixeira. Também os Ginásios Vocacionais no Estado de São Paulo foram uma das experiências educacionais exitosas deste País, de escola de tempo integral, destruída por questões ideológicas. As experiências dos CIACs, CAICs e CIEPs não devem ser esquecidas, pois tiveram o mérito de redirecionar o Governo Federal para a importância da educação básica. Também importante foi a experiência do Deputado Alcení Guerra em Pato Branco. Há a experiência mais recente na perspectiva da UNESCO, de cidade educativa, do bairro Vila Madalena, em São Paulo, conduzida pelo jornalista da *Folha de São Paulo*, Gilberto Dimenstein. Há experiências em curso em Belo Horizonte, em Apucarana, do Programa Mais Educação, do MEC. Experiências internacionais de tempo integral, como na Comunidade Européia onde a carga horária diária não é inferior a seis horas, também em Nova York, Chile, Alemanha, Finlândia, Noruega, Cuba. Todas essas experiências geram concepções e formatos de escolas de tempo integral muitas vezes diferentes. Há experiências que se concentram em núcleos geradores de conhecimento associado ao currículo; há experiências que aproveitam um pouco as idéias da UNESCO, concentram-se na interdisciplinaridade, procurando romper com a compartimentação de conhecimentos; há experiências que valorizam a educação ao longo da vida, aproveitando o currículo educativo de um bairro ou cidade, como o da Vila Madalena, em São Paulo, como também o de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro; há experiências também com foco na aprendizagem.

De acordo com o Senhor Célio da Cunha, o principal obstáculo a ser superado pelo Brasil na construção de uma escola de qualidade e da escola de tempo integral é o do financiamento, pois o País ainda investe pouco em educação, apesar dos esforços do Executivo e do Congresso Nacional, exemplificados pela recente extinção da DRU.

Um dos principais desafios de uma escola de tempo integral no Brasil é enfrentar a insuficiente aprendizagem dos alunos. Outro desafio é a violência nas escolas. Émile Durkheim, um dos pais da Sociologia moderna, já escrevia, no final do século XIX, brilhante texto sobre ambiente escolar. Ambiente sem violência, sem discriminação, uma escola

verdadeiramente democrática; e, quando falo em escola democrática, isso significa também uma escola com disciplina, com horário, com ordem, como é necessário, é fundamental para a aprendizagem, que precisa de um pouco de disciplina, de programação, de ordem. É preciso enfrentar o desafio da autoestima da criança brasileira. Talvez a maior revolução que o Brasil esteja vivendo hoje seja a revolução da inclusão. Na história das idéias pedagógicas, esta é a terceira revolução educacional que estamos vivendo. Segundo Estevez, aquele espanhol que estudou bastante este assunto, a primeira grande revolução educacional aconteceu no Egito, há 2.500 anos, quando se criou uma escola para formação de escribas. A segunda talvez tenha sido na Alemanha, com a entrada do Estado na educação, como também em decorrência da Revolução Francesa, que disseminou pelo mundo a idéia de educação para todos. A terceira é a revolução da inclusão, que está ocorrendo hoje. Um maior número de alunos está tendo acesso à escola básica e à universidade.

Ao finalizar sua exposição, o Senhor Célio da Cunha lembrou que não se pode relegar a questão do professor em uma escola de tempo integral. Recentemente, discutiu-se muito no Brasil o Relatório McKinsey, que anuncia aquilo que foi bastante debatido aqui, mas que já se sabia, ou seja, que o professor faz a diferença; a qualidade da educação não é superior à qualidade do professor.

Portanto, a construção de uma escola de tempo integral pressupõe assegurar o piso salarial para o magistério, marco histórico no Brasil para a dignificação dos professores. Para a UNESCO, é importante que uma escola trabalhe, por seu projeto pedagógico, por seus professores, a dignidade das crianças e dos adolescentes.

Na sequência, foi a vez da Professora Élvia Paranaguá, representante da Secretária Yvelise Arco-Verde, Presidente do CONSED, que não pôde estar presente na audiência pública desta Comissão Especial em 18 de maio de 2010.

Inicialmente, a Professora Élvia apresentou um panorama sobre a oferta do tempo integral nas redes estaduais de ensino, explicando que alguns Estados têm as suas políticas próprias de educação integral, aliadas às ações do MEC pelo Programa Mais Educação. O Estado do **Acre** está em fase de elaboração do tempo integral, a vigorar a partir de 2011. **Alagoas** possui 80 escolas desenvolvendo o Programa Mais Educação, do MEC. No **Amazonas**, a

Secretaria implantou projeto próprio de tempo integral em 8 escolas. O **Amapá** possui uma escola de tempo integral. A **Bahia** tem 44 escolas de tempo integral, sendo 33 escolas de ensino médio. O **Ceará** implanta, desde 2008, uma rede de escolas de educação profissional. Hoje são 59 escolas, e, até o final de 2010, serão 125 escolas que funcionarão em tempo integral. Nessas escolas, funciona o Ensino Médio integrado. No **Espírito Santo**, 164 escolas desenvolvem o programa do Estado Mais Tempo na Escola. Em **Goiás**, são 118 escolas que desenvolvem sua própria proposta pedagógica. E há também o Mais Educação em Goiás. No **Maranhão**, está em fase de implementação o Programa de Educação Integral do Ensino Médio — PROCENTRO. Em **Mato Grosso**, não há escolas de tempo integral. O Programa Mais Educação amplia a permanência do aluno no espaço escolar em três horas, nas quais eles desenvolvem atividades nas modalidades em que estão inscritos. **Mato Grosso do Sul**: 33 escolas de tempo integral; nove escolas desenvolvem o Ensino Médio Inovador, e 26 desenvolvem o Programa Mais Educação. **Minas Gerais** possui 1.885 escolas de tempo integral; 24 escolas desenvolvem o Programa Mais Educação, e, até o final de 2010, mais 231 farão parte do programa. No **Distrito Federal**, o Decreto nº 28.503, de 5 de dezembro de 2007, criou um programa do Governo do Distrito Federal, de educação integral, cujo Secretário foi o Deputado Alcení Guerra, que tinha a experiência de Pato Branco. Em 2008, 140 escolas já haviam aderido ao programa, sendo a adesão espontânea. Em 2009, 250 escolas possuíam educação integral; e, em novembro de 2009, a Secretaria Extraordinária de Educação Integral recebeu o Programa Mais Educação. Em 2010, 157 escolas do DF desenvolvem a proposta de tempo integral com recursos do GDF, 113 escolas participam do Programa Mais Educação do MEC e mais 9 escolas estão aderindo neste momento à proposta, integralizando 279 escolas. **Paraíba**: 7 escolas de tempo integral, mantidas com recursos do PDE da Paraíba e com convênios de alimentação e de organização curricular, que envolve o currículo básico enriquecido com as oficinas curriculares no horário oposto; 29 escolas desenvolvem o Programa Mais Educação. Há previsão de mais 105 escolas, que aguardam recursos para iniciar o programa. **Pernambuco**: a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, criou o Programa de Educação Integral. O Estado possui 60 escolas em tempo integral, com foco na educação interdimensional, formação integral do estudante, e ensino médio integrado à educação profissional. **Piauí**: 17 escolas; 7 desenvolvem o Ensino Médio Inovador, 6 desenvolvem o Mais Educação, e 4 escolas têm educação profissional. **São Paulo**: 320 escolas desenvolvem o Projeto Escola de Tempo

Integral, e 288 escolas desenvolvem o Mais Educação. **Santa Catarina:** 119 escolas estaduais desenvolvem o Programa Gestão da Escola Pública Integrada. **Sergipe:** 29 escolas desenvolvem o Mais Educação; 3 centros experimentais de Ensino Médio, sob a Diretoria de Educação de Aracaju. **Rio Grande do Sul:** 26 escolas desenvolvem o Projeto Escola de Tempo Integral. **Paraná:** existe 1 escola de tempo integral; 223 escolas desenvolvem o Mais Educação e 383 têm o SuperAção Jovem. **Tocantins:** 16 escolas desenvolvem o Projeto Escola de Tempo Integral, e 18 escolas estaduais desenvolvem o Programa Mais Educação. **Pará e Rondônia** não possuem escolas de tempo integral, ainda. **Roraima** não enviou informações para o CONSED. **Rio de Janeiro:** 640 escolas desenvolvem o Programa Mais Educação. **Rio Grande do Norte:** a rede de ensino estadual não trabalha com o sistema de tempo integral, mas algumas escolas desenvolvem os Projetos Mais Educação e Segundo Tempo, contemplando ações voltadas para a integração escolar, com atividades complementares que ampliam o tempo de permanência do aluno na escola.

Como se pode observar, na maioria das vezes os Estados tratam separadamente o Programa Mais Educação de suas políticas próprias de escola de educação integral.

Ao finalizar sua intervenção, a Subsecretária Élvia informou que, no Distrito Federal, o programa de educação integral está universalizado na Candangolândia, o primeiro local com 100% de alunos do ensino fundamental em tempo integral. Este é um marco, porque a Candangolândia e o Núcleo Bandeirante, conhecido como Cidade Livre, foram construídos antes da inauguração de Brasília. E foi uma meta simbólica chegar aos 50 anos de Brasília com educação integral universalizada na Candangolândia.

Após a apresentação dos convidados, os parlamentares presentes à audiência pública se pronunciaram, com destaque para os seguintes posicionamentos:

A Relatora Deputada Professora Raquel Teixeira considerou que a implementação da educação em tempo integral, apesar de fundamentar-se nas experiências anteriores, precisa atender às características da sociedade do século XXI, e que a escola com jornada de 7, 8 ou 9 horas implicará mudanças na carreira do professor e maior custo, exigindo maiores disponibilidade de recursos. Além disso, os dados apresentados demonstram

enorme disparidade na oferta da educação integral no País, desde a situação do Pará e Rondônia onde não há escolas estaduais com essa oferta até a realidade de Minas Gerais com 1.885 escolas com tempo integral. Diante dessa fato, a Relatora encaminhou a representante do MEC o questionamento sobre a existência de estudo sobre a demanda financeira de custos para a implementação de educação integral de forma a assegurar equidade no Brasil.

Da mesma forma, o Deputado Fernando Marroni encaminhou a pergunta sobre o custo macro da escola de tempo integral no Brasil, considerando a necessidade de investimento em infraestrutura e capacitação de professores, contratação de novos profissionais e inclusive de construção de novas escolas.

O Deputado Luiz Carlos Setim manifestou-se favorável à PEC, argumentando que vem ao encontro do sonho da população brasileira. Reconhecendo os avanços proporcionados pelo Fundef e posteriormente pelo Fundeb, também solicitou que o MEC expressasse sua visão das possibilidades de financiamento da educação em tempo integral no País.

O Deputado Antônio José Medeiros, ex-Secretário de Educação do Estado do Piauí, afirmou seu entendimento segundo o qual “mais tempo” na escola não é mais tempo de aula, mas uma renovação curricular que passa também por outras demandas atuais, a exemplo da oportunidade da assistência no dever de casa, isso para quem não tem dinheiro para pagar professor particular. O chamado reforço escolar será, então, na própria escola.

Ao responder às indagações que lhe foram encaminhadas, a Professora Jaqueline Moll, do Ministério da Educação, afirmou entender que, neste momento da história da educação brasileira e do País, não se trata de imediatamente universalizar a educação em tempo integral. As desigualdades são muito grandes e precisam ser enfrentadas. A escola em tempo integral é uma estratégia de enfrentamento de desigualdades educacionais e, por isso, o Mais Educação começa pelas escolas de baixo IDEB. O mesmo critério está sendo adotado pelo Estado do Paraná na rede estadual de ensino. A CONAE, a Conferência Nacional de Educação, realizada no mês de abril, apontou a perspectiva do professor com horário integral na escola. Sendo ou não a escola em tempo integral, é preciso avançar nessa perspectiva. É evidente que isso está vinculado ao piso nacional de salários e ao conjunto de condições para que esse professor possa se sustentar, trabalhando em uma rede só de ensino, de preferência em uma só escola. Em

resposta às questões relativas ao financiamento, a Professora Jaqueline Moll informou que o Programa Mais Educação, como ação indutora, tem um custo médio para 10 meses de trabalho de 36 mil reais. É um custo médio, pois depende do número de estudantes envolvidos e do tipo de atividade escolhida. Quanto ao prazo para implantação da educação em tempo integral, a Professora Jaqueline Moll lembrou que há um projeto de lei em tramitação na Casa, de origem no Senado Federal cujo Relator é o Deputado Lelo Coimbra, que dispõe sobre o prazo de dez anos.

O Senhor da Célio da Cunha, da UNESCO, referiu-se à questão do financiamento, reafirmando o que dissera antes, ou seja, que o País tem que investir mais em educação. Se o Brasil aplica hoje 1.200 reais por aluno/ano, em vários países o investimento aluno/ano chega a 6, 7, 8, 10 mil dólares. É preciso adotar o princípio da discriminação positiva. Quem historicamente recebeu menos precisa passar a receber mais. Existem algumas regiões no País extremamente sofridas, como o Nordeste e o Norte. E é preciso atenção especial à juventude brasileira, que vem se evadindo da escola de ensino médio. A escola de tempo integral também precisa atingir o ensino médio. Esse é um problema muito sério no Brasil. É um contingente enorme. O senhor Célio da Cunha relatou que sugeriu à UNESCO um debate sobre esse tema para saber qual é a proposta dos candidatos nas eleições deste ano para a juventude brasileira em termos de educação, de trabalho, de projeto de vida, de segurança. Segundo ele, hoje, no Brasil é fundamental a continuidade das políticas públicas, pois um programa educacional não pode ser interrompido. Por fim, entende que é necessário a aprovação da Lei da Responsabilidade Educacional, uma espécie de Lei de Responsabilidade Fiscal na educação, com projetos em tramitação nesta Casa Legislativa.

A Professora Élvia Paranaguá expôs o novo mecanismo da escolha dos diretores de escola do Distrito Federal, que a partir de agora são avaliados em termos de conhecimentos, apresentam uma proposta de trabalho para sua escola e passam por uma eleição onde votam professores, funcionários, pais e alunos. Esse processo altera totalmente as condições da gestão escolar em relação ao procedimento da indicação de um diretor por critérios políticos, muitas vezes de fora da comunidade escolar.

Na audiência do dia 08 de junho de 2010, a primeira expositora foi a Professora Clélia Brandão, conselheira do Conselho Nacional de Educação, que defendeu a educação básica como conjunto orgânico, com diretrizes curriculares nacionais fundamentadas na idéia de currículo como um

conjunto e da aprendizagem como o centro do processo da educação, nos termos do Parecer CNE/CEB nº 07/10. Segundo a conselheira, toda discussão sobre educação deve ser feita no âmbito dessa concepção, inclusive a que se encontra em debate nesta Comissão Especial, ou seja, a oferta da modalidade de educação de tempo integral. Por isso, independentemente do tempo (número de horas) e do espaço (na escola ou em espaços comunitários), a “*organização [da educação de tempo integral] precisa se dar organicamente dentro de um projeto político-pedagógico*”, onde todas as atividades são entendidas como componentes curriculares. Nesse contexto, a palestrante defendeu, na implementação da educação de tempo integral:

- Gestão escolar democrática responsável pelo planejamento das atividades e demais componentes curriculares, conforme orientação do projeto político-pedagógico da escola;
- Acompanhamento de professores com jornada de 40 horas na mesma escola;
- Atuação da escola, da comunidade e dos professores a partir das orientações do projeto político-pedagógico da escola;
- Gestão escolar democrática responsável por fazer cumprir os padrões mínimos de qualidade de que trata o art. 4º, IX, da Lei nº 9.394, de 1996, dos quais trata o Parecer CNE/CEB nº 08/2010;
- Acompanhamento e supervisão também do processo educacional e não apenas da aprendizagem, produto final.

Na seqüência da reunião, fez uso da palavra a Senhora Lúcia Velloso Maurício, pesquisadora do Núcleo de Estudos – Tempo, Espaço e Educação Integral, entender com que objetivo se busca a ampliação da jornada escolar: a melhoria do ensino-aprendizagem ou a proteção contra as vulnerabilidades sociais. Ela sugere que em vez do discurso “*Vamos tirar as crianças da rua e colocá-las na escola de horário integral*” seja defendido “*Vamos criar uma escola de tempo integral, e, em consequência, a criança deixará de ficar na rua*”. A seguir ela traz o resultado de algumas pesquisas acadêmicas, como a realizada pelo Economista Marcelo Neri, na Fundação Getúlio Vargas, disponível na *internet*, que demonstra haver uma relação direta entre resultado educacional e maior permanência na escola; e a realizada pela Professora Célia Lessa, do Ciência Hoje, segundo a qual o aumento da jornada escolar tem a capacidade de diminuir o impacto que a desigualdade social

provoca nos alunos. Essa mesma pesquisa destaca ainda o perigo de se descuidar da qualidade na implementação da jornada estendida, como a possibilidade de se transformar a escola num reformatório, ou em qualquer outra coisa que não seja uma escola propriamente dita.

A Senhora Lúcia Velloso entende também que há dois modelos de ampliação de jornada. Um que tem a escola como centralidade e outro que tem o entorno da escola como modalidade. As perspectivas pedagógicas desses modelos seriam diferentes, o que não impediria, no entanto, a comunicação entre eles. No primeiro modelo, *"quando a centralidade está na escola, a integração com o projeto político-pedagógico é muito mais fácil de ser atendida"*. Nesse caso, segundo a pesquisadora, a extensão da jornada escolar implicaria inevitavelmente a extensão da jornada do professor, o que favoreceria a integração com o projeto pedagógico da escola. Outra vantagem colocada pela expositora é a dinâmica que essa centralidade é capaz de oferecer. Em um exemplo, a escola funcionaria também como um centro cultural capaz de fazer a interlocução com a comunidade. A desvantagem é que esse modelo é caro, porque, segundo a pesquisadora, a escola teria de oferecer uma série de atividades.

O outro modelo é o que vem sendo chamado de contraturno. Nesse caso, a criança circula no bairro, participa de atividades em outros espaços, o que, por um lado, facilita a oferta de atividades, mas, por outro, demanda uma melhor organização do tempo escolar, como, por exemplo, o de concentrar as atividades na escola em um turno e as externas no outro. Ele também torna mais viável a opção pelos alunos de atender ou não a essas atividades do contraturno. Como desvantagem teríamos a dificuldade de *"fazer com que o projeto político-pedagógico converse profundamente com essas atividades todas que estão no entorno."* Quanto aos responsáveis pelos alunos no período do contraturno, a Senhora. Lucia Velloso não vê problemas em que monitores, estudantes universitários, além de professores, recebam essa missão. Segundo a pesquisadora, a proposta do contraturno centrada na cidade educadora e no bairro escola é a que mais cresce. A modalidade centrada na escola, proposta de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, foram lançadas, segundo a palestrante, *"em outros tempos, outras situações"*.

A Senhora Lúcia Velloso expôs também parte do resultado de pesquisa encomendada pela SECAD/MEC, para levantamento de todas as experiências de ampliação da jornada escolar nos Municípios

brasileiros. Conforme a resposta de quinhentos e três municípios, na maior parte deles, independentemente do modelo centrado na escola ou do articulado com o entorno, há a implementação de atividades diversificadas no contraturno escolar, por várias razões, como, por exemplo, o da facilidade para organizar o fluxo dentro da escola e o de dar opção ao aluno de participar ou não dessas atividades, situação desejável em determinadas comunidades. Quanto à escolha dos espaços, prevaleceu a ampliação da jornada no espaço escolar e não no entorno. Quanto ao tempo, prevaleceu o que literalmente se conhece como tempo integral e não apenas ampliação de jornada. A análise qualitativa da pesquisa ainda não está encerrada, mas a palestrante destacou a diversidade de soluções, conforme as especificidades locais.

Por último, sobre a redação da PEC nº 134, de 2007, a Senhora Lúcia Velloso reporta um problema na redação proposta para o art. 211, § 1º da Constituição Federal. Da forma com que foi inserida a expressão *“para manter o tempo integral”*, a função redistributiva e supletiva está limitada apenas para manter o tempo integral. Em vez de ampliar, ela restringe a atuação da União. E sobre a fixação das oito horas diárias, ela entende a proposta como inibidora, na medida em que muitos lugares não têm condição para implementá-la.

O último expositor na audiência pública do dia 08 de junho de 2010, o Senhor Paulo Augusto Meyer Nascimento, da Coordenação de Educação do IPEA, inicialmente manifestou-se favorável à educação em tempo integral nas escolas públicas. Em razão do custo elevado e da situação atual de infraestrutura das escolas públicas, o técnico do IPEA sugeriu a ampliação da jornada de forma progressiva, não obrigatória, inclusive para permitir ao aluno escolher se preferirá ou não estudar na modalidade de tempo integral, respeitando-se, assim, a realidade de cada escola e de cada localidade.

Sobre a redação da PEC nº 134, de 2007, destacou suas diferenças com o decreto de regulamentação do Fundeb, que define a jornada mínima de sete horas diárias, na escola ou em atividades escolares, ou seja, independentemente dos espaços em que os componentes curriculares são desenvolvidos, se na escola ou fora dela, para a distribuição de recursos adicionais do Fundo. A compulsoriedade das oito horas diárias desenvolvidas exclusivamente na escola, determinada na PEC nº 134, de 2007, demandaria investimentos em infraestrutura e ampliação da jornada de trabalho dos professores e funcionários da escola, e impediria atividades culturais em outras

instituições do Município, bairro ou comunidade. Como consequência, para financiar todas as escolas públicas que, com a aprovação da PEC, passariam a oferecer a jornada estendida, ou teríamos de reduzir o valor do repasse atual do Fundeb às matrículas com tempo integral, com perda de qualidade, ou aumentar o volume de recursos do Fundo.

Neste caso, o técnico do IPEA propôs-se a fazer uma projeção do acréscimo de recursos financeiros que seriam necessários se todas as matrículas existentes hoje na educação fossem oferecidas em tempo integral, com sete horas diárias, considerando-se as ponderações vigentes do Fundeb. Para isso, tomou por referência a matrícula apurada pelos Censos Escolares do INEP/MEC. De acordo com esses dados, no ensino fundamental público, em 2001, 0,5% das matrículas foram oferecidas em tempo integral e, em 2005, 0,58%. Em 2009, correspondiam a matrículas em tempo integral 1,5% das oferecidas no ensino fundamental, 1% do ensino médio e 21,6% da educação infantil, aí incluídas a creche e a pré-escola.

Tomando por parâmetro o valor por aluno/ano mínimo nacional, de fato aplicado em apenas nove Unidades Federadas do País, o que implica, pois, projeção muito conservadora, a universalização da jornada de sete horas diárias custaria ao Fundeb pelo menos R\$ 20 bilhões a mais neste ano. Esse valor é o resultado da diferença entre a estimativa da receita do Fundeb para 2010, que, segundo ele, seria de R\$ 83 bilhões, e o volume de R\$ 104 bilhões que, num cálculo conservador, representaria o mínimo que o volume do Fundo atingiria, caso fossem aplicadas a todas matrículas de 2009 as ponderações por alunos/ano correspondentes à oferta da educação básica em tempo integral em 2010.

Na sequência da apresentação dos expositores convidados, os parlamentares presentes à audiência pública se pronunciaram, com destaque para os seguintes posicionamentos:

O Deputado Alcení Guerra, autor da PEC nº 134, de 2007, está de acordo com que não se restrinjam as atividades ao espaço escolar.

O Deputado Antonio José Medeiros entende que *“Não tem sentido aprovarmos uma emenda que diga que, a partir de 2011, todas as escolas serão de tempo integral. Acho que estamos num momento privilegiado, porque esta Casa terá de votar o II Plano Nacional de Educação, que vai valer de 2011 a 2020, e a minha proposta é que essa emenda seja a base*

constitucional para o eixo principal do novo Plano Nacional de Educação, com garantia até 2020. Por isso teremos dez anos para atingir a jornada de tempo integral, se não em 100%, mas essa será a meta”. O Deputado também defende que a parte do pré-sal vinculada à educação seja usada para o atendimento dessa meta.

Na resposta às intervenções dos parlamentares, a Senhora. Lúcia Velloso destacou que nem todo aluno e nem todo professor, a princípio, se adaptam ao horário integral. E que, no processo de implantação, poder-se-ia adotar um “*modelo de opção*”, de forma que em cada sistema de ensino – cada Município ou Estado –, algumas escolas funcionem em horário integral e outras não. O Senhor Paulo Augusto Nascimento destacou que a conta de R\$ 20 bilhões é conservadora nas variáveis do cálculo e no fato de não incluir os investimentos necessários para incrementar a infraestrutura das escolas.

A participação dos convidados por esta Comissão Especial, a intervenção dos Senhores e Senhoras Deputados e os debates realizados nas três audiências públicas relatadas foram substanciais para a compreensão da matéria em análise. Essa Relatoria agradece os depoimentos, contribuições e subsídios fornecidos que possibilitaram avaliar a oportunidade e a relevância da matéria e o aperfeiçoamento da Proposta de Emenda à Constituição em apreço.

É o Relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Já na primeira metade do século XX, encontramos iniciativas concretas, no Brasil, de implementação de experiências significativas a favor da educação integral. Católicos, anarquistas e integralistas propuseram, na década de 1930, modelos diferentes, alicerçados em matrizes ideológicas diversas. Também é possível mencionar as experiências de educação integral em Salvador, na década de 1950, e no Rio de Janeiro, nas décadas de 1980-1990, só para citar alguns exemplos. Tampouco, poderíamos nos esquecer de nomes tão importantes como Darcy Ribeiro e Anysio Teixeira, grandes educadores que, ainda hoje, inspiram modelos diferentes de educação integral.

Em pleno século XXI, muitos são os desafios que a sociedade global do conhecimento impõe à escola. Os problemas de

infraestrutura, na formação de professores, de violência dentro do espaço escolar, desrespeito às diferenças, altos índices de evasão – sobretudo no ensino médio –, dentre outros, demonstram que a escola deve e pode reinventar-se. Neste sentido, ganham força os estudos e as experiências, passadas e atuais, de expansão da carga horária nas redes de ensino do Brasil contemporâneo.

De acordo com o Ministério de Educação, cuja concepção de educação integral está expressa no Texto Referência do Programa Mais Educação, falar sobre educação integral implica considerar as variáveis de tempo e espaço. A transformação destas categorias, em função da ampliação do tempo de permanência na escola e da necessidade de se expandir as fronteiras do ambiente escolar, tem sido apontada como um dos pré-requisitos que podem garantir melhor aprendizado e, por conseguinte, qualidade de ensino.

O Senhor Célio Cunha, palestrante em nossa segunda audiência pública, lembrou bem como a UNESCO, organismo que representava na ocasião, apóia e reitera a importância de experiências de expansão da carga horária escolar. Segundo ele, já na década de 1970, em documento intitulado “Aprender a Ser”, a UNESCO identificava a importância do tempo integral como peça fundamental no processo contínuo de formação do indivíduo.

O que se sugere é que, para assegurarmos o foco na aprendizagem e, portanto, na qualidade da educação, é preciso que o aluno permaneça mais tempo na escola. O tempo assume importante papel na medida em que a aprendizagem requer elaboração e realização de múltiplas experiências, viabilizadas por atividades sócio-educativas, nas suas mais diversas formas, inclusive, artísticas, culturais, de lazer e desporto.

Contudo, a mera extensão da carga horária, mantidos os moldes da educação, tal como implementada hoje, não garante o avanço de que tanto necessitamos. A mera transmissão do conhecimento formal não mais responde aos anseios de pais, jovens e adolescentes, nem mesmo atende às exigências modernas do mercado de trabalho do mundo globalizado. A educação integral deve ampliar tempos, espaços, conteúdos e oportunidades de aprendizado, além de se constituir como uma política educacional articulada e integrada a outras políticas públicas, áreas sociais diversas e organizações da sociedade civil.

Portanto, é preciso que o conteúdo curricular ganhe significado para o aluno. Em outras palavras, que a vivência em sala de aula guarde relação com o cotidiano fora dela, posto que a educação pode ser compreendida como parte constituinte da vida mesma. Daí a força das propostas de escola integral que extrapolam os muros da instituição, estabelecendo relação com a comunidade, seus saberes, tradições e cultura.

Neste sentido, poderíamos citar os exemplos, aqui mencionados, das cidades de Belo Horizonte, que combina espaço escolar com diferentes espaços comunitários, Nova Iguaçu, que assimilou o modelo de Bairro Escola – criado pelo jornalista Gilberto Dimenstein –, e a cidade de Diadema, cujo sistema educacional também segue a lógica de aproveitamento de diferentes locais da cidade.

Nas audiências públicas, realizadas pela presente Comissão Especial, pudemos constatar, entretanto, que muitas são as experiências e modelos que tentam colocar em prática a educação integral. O Senhor André Luiz de Lázaro Ramos, da SECAD, lembrou bem a experiência de Apucarana, no Paraná, que conseguiu implementar uma proposta utilizando-se, apenas, do espaço da escola.

O Senhor Danilo Melo de Sousa, representante da UNDIME, apresentou a realidade de Palmas, lembrando que a utilização do espaço da escola depende, em muito, da melhoria da gestão educacional. Como exemplo, citou escolas pequenas de seu Estado, Tocantins, cujo custo do aluno por ano é maior do que o das escolas de tempo integral. As medidas de racionalização dos gastos e aproveitamento de todos os espaços ociosos dentro das instituições tornaram a extensão do tempo de permanência na escola um sucesso. Além disso, recentes estudos demográficos revelam, de acordo com o Secretário, que nos próximos 20 a 30 anos, observaremos uma redução significativa das matrículas na educação básica, o que significaria uma disponibilização maior de salas de aula.

Segundo a Professora Doutora Lúcia Velloso, pesquisadora no Núcleo de Estudos – Tempo, Espaço e Educação Integral –, há dois modelos de ampliação de jornada escolar. Um que tem a escola como centralidade e outro que tem o entorno da escola como modalidade. Ela entende que este segundo modelo se adequa melhor às situações em que as cidades tenham pouco a oferecer. Nestes casos, a escola funcionaria como ponto de encontro e dinamizadora cultural, viabilizando a interlocução com a

sociedade. De acordo com a pesquisadora, ambos os modelos possuem vantagens e desvantagens e nenhum deles se dá espontaneamente. Tanto um quanto outro seriam, obrigatoriamente, uma política de Estado.

Enfim, a diversidade de contextos e condições de infraestrutura geram modelos diferentes de educação em tempo integral. Para o Senhor André Luiz, o respeito à diversidade e autonomia dos gestores públicos é fundamental. Mas o que deve ser obrigatório, na sua acepção, é o acompanhamento pedagógico dessas experiências. Ação essa, fundamental para o alcance de melhores patamares educacionais.

Nesse sentido, o projeto pedagógico deve preocupar-se com o planejamento das atividades cotidianas da escola e deve prever as possibilidades de interação com a comunidade. Por conseguinte, ganham nova perspectiva as visitas a museus, parques, comunidades indígenas e instituições. Uma nova organização dos currículos, atrelado a um projeto pedagógico, construído coletivamente, são tidos como elementos importantes para atenuar a dicotomia entre educação formal e atividades lúdicas e sócio-educativas. De igual modo, atenuar-se-iam as dificuldades de articulação entre as atividades pedagógicas de sala de aula e as da vida em família, no bairro e na cidade.

Não por acaso a legislação brasileira já menciona a educação integral como um dos caminhos possíveis para melhoria de nosso sistema.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96 – reitera o princípio constitucional da educação como direito (Constituição Federal de 1988, arts. 6º 205) e, ainda, prevê a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral (arts. 34 e 87), a critério do estabelecimento de ensino. De acordo com a LDB, a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, o que amplia os espaços e práticas tradicionais.

Por sua vez, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), a exemplo da Constituição Federal de 1988 e da LDB, valoriza a educação integral concebendo-a como objetivo da educação infantil e ensino fundamental. Além disso, o texto da Lei apresenta como meta a ampliação progressiva da jornada escolar para um

período de, pelo menos, sete horas diárias. De igual modo, prevê a participação da comunidade na gestão escolar, incentivando a instituição de Conselhos Escolares. Mais uma vez a sociedade é chamada a participar na construção de uma escola mais cidadã e democrática.

Outro importante documento que reitera a importância da ampliação do tempo escolar é o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, o Plano tem como objetivo conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, famílias e comunidade, para assegurar a qualidade do processo educacional. Em seu bojo encontram-se diretrizes voltadas para o aumento da carga horária, como forma de combate à evasão e repetência.

Junta-se às referências legais mencionadas, o Programa Mais Educação, do Governo Federal, instituído pela Portaria nº 17, de 2007, que almeja fomentar as atividades sócio-educativas, no contraturno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola. Esta última é compreendida como *locus* de convergência de políticas públicas diversas – advindas de diferentes Ministérios –, que têm como foco os jovens, crianças e adolescentes.

A Senhora Jaqueline Moll, Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania do Ministério de Educação, encarregada de apresentar o Programa Mais Educação do MEC, em reunião desta Comissão Especial, elencou uma série de leis que corroboram para a expansão, permanência e sustentabilidade do ensino integral no Brasil, viabilizando-o do ponto de vista financeiro.

A criação do Fundeb, em primeiro lugar, foi fundamental. O Fundo ampliou as possibilidades de oferta de educação integral ao diferenciar os coeficientes de remuneração das matrículas, não apenas por modalidade e etapa da educação básica, mas também pela ampliação da jornada escolar.

De acordo com o Texto Referência sobre o tema – elaborado por um grupo de trabalho composto por gestores e educadores municipais, estaduais e federais, representantes da UNDIME, do CONSED, da CNTE, Universidades e organizações não-governamentais –, o Fundeb associa maiores percentuais de distribuição de recursos, evidenciando uma tentativa de assegurar o direito à educação integral para todos. *“Nesse sentido, o FUNDEB, ao conceder um maior aporte de recursos para a educação em tempo integral,*

busca, entre outros aspectos, responder aos objetivos gerais do Ministério da Educação de estabelecimento de políticas públicas voltadas à universalização da educação com qualidade social”.

Assim, a Lei de nº 11.494, de 2007, que regulamenta o Fundo, determina que o regulamento disporá sobre educação básica em tempo integral e sobre os anos iniciais e finais do ensino fundamental, indicando que legislação decorrente deverá normatizar essa modalidade de educação.

A estas leis, acresceríamos, ainda, as seguintes: Resoluções nº 19/08; nº 04/09 e nº 03/10, do FNDE, que regulamentam o processo de transferência para o Programa Dinheiro Direto na Escola. Por meio deste, a União realiza repasses para Estados, Municípios e, diretamente, às escolas. A Resolução nº 62, por sua vez, trata de recursos para a reforma, ampliação e cobertura de quadras escolares destinadas à prática de esportes e lazer. Outra Resolução, a nº 67, atualiza valores da alimentação escolar. Medidas legais como estas, comporiam um quadro favorável ao que almejamos.

Há, portanto, um conjunto de leis – elaboradas com intuito de garantir a qualidade do ensino –, que fundamentam e fortalecem as tendências, conceitos, práticas e políticas educacionais voltadas para a implementação do tempo integral nas escolas. Este último vem sendo concebido como uma estratégia importante para assegurar o aprendizado dos alunos e, por conseguinte, para a melhoria dos índices educacionais brasileiros. Entretanto, esta implementação deve ser progressiva, bem como lembrou o Senhor Paulo Augusto Meyer do Nascimento, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento.

O representante do IPEA afirmou que a Coordenação de Educação de seu órgão mostra-se favorável à concepção de educação integral nas escolas públicas. Embora acredita-se que sua implementação deva ser gradativa e não obrigatória, de forma que seja preservada a viabilidade financeira da medida.

A apresentação dos dados do IPEA demonstra que, se o tempo integral fosse implementado hoje, seria necessário ampliar os recursos para educação na ordem de cerca de mais R\$ 20 bilhões neste ano. Esse valor é o resultado da diferença entre a estimativa da receita do Fundeb para 2010, que, segundo ele, seria de R\$ 83 bilhões, e o volume de R\$ 104 bilhões que,

num cálculo conservador, representaria o mínimo que o volume do Fundo atingiria, caso fossem aplicadas a todas matrículas de 2009 as ponderações por alunos/ano correspondentes à oferta da educação básica em tempo integral em 2010.

Em decorrência do exposto, optamos por oferecer Substitutivo, em anexo, à Proposta de Emenda Constitucional nº 134, de 2007, e suas apensadas, que passamos a justificar:

1. Inadequação da introdução do tempo integral no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, proposta pela PEC nº 134, de 2007, pois restringe a função redistributiva e supletiva da União à manutenção do tempo integral de oito horas diárias nas escolas públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

2. Inadequação da alteração do inciso I do art. 208 da Constituição Federal, proposta pela PEC nº 317, de 2008, pois esse dispositivo do texto constitucional já se encontra modificado pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, e porque essa alteração restringiria o tempo integral ao ensino fundamental.

3. Opção pela introdução de novo inciso no art. 208 da Constituição Federal que dispõe sobre “o dever do Estado (poder público) com a educação” mediante a garantia das obrigações enumeradas em seus incisos.

4. Ao introduzir essa temática na Constituição Federal, considerando as contribuições oferecidas nas três audiências públicas, optamos pela utilização da expressão “educação integral” em lugar de “escola de tempo integral” e pela ampliação progressiva da jornada escolar.

5. Ao mesmo tempo, recorremos ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que “Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências”, que, em seu art. 4º, considera “*educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares*”.

6. Atendendo também a sugestões apresentadas nas audiências públicas, acrescentamos o § 4º no art. 208 da Constituição Federal de forma a assegurar que as famílias, ou os próprios estudantes quando puderem tomar essa decisão, possam fazer a opção pela permanência na escola ou em atividades escolares além da carga horária diária mínima prevista na legislação educacional. Os sistemas de ensino poderão organizar escolas com e sem jornada ampliada ou jornada integral, para atender diferentes interesses e necessidades familiares. Nos países desenvolvidos, em geral a jornada escolar tem duração das 9 às 15 horas, aí incluído o almoço ou lanche do meio-dia, e é muito comum que as escolas ofereçam outras atividades até às 17 horas, frequentadas por opção dos alunos ou de suas famílias.

7. Ainda em relação à educação integral, propomos a introdução do art. 2º no texto da PEC, com inspiração na Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que contém o seguinte artigo: “Art. 6º O disposto no [inciso I do art. 208 da Constituição Federal](#) deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.” No caso, sempre com fundamento em sugestões apresentadas nas audiências públicas, estamos sugerindo o prazo de dez anos correspondente ao II Plano Nacional de Educação, a ser elaborado pelo Congresso Nacional para o decênio 2011-2020, para a implementação progressiva da jornada escolar prevista no inciso VIII do art. 208 da Constituição Federal, aqui também assegurado o apoio técnico e financeiro da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para esse fim.

8. Por fim, propomos não incluir no texto constitucional o conteúdo previsto no § 4º do art. 208 proposto na PEC nº 134, de 2007. Não porque essa temática não seja por demais importante no sentido de assegurar a responsabilidade de todas as autoridades públicas no cumprimento da educação obrigatória, recentemente ampliada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, do ensino fundamental para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, o que o País tem o prazo para cumprimento até 2016. Entretanto, houve pouca discussão sobre esse tema e tramitam nesta Casa projetos de lei propondo a criação da Lei de Responsabilidade Educacional:

- a) Projeto de Lei nº 247, de 2007, do Deputado Sandes Junior (PP/GO), que “Dispõe sobre a criação da Lei de Responsabilidade Educacional, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da

Criança e do Adolescente; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

- b) Projeto de Lei nº 600, de 2007, do Deputado Carlos Abicalil (PT/MT), que “Dispõe sobre a criação da lei de responsabilidade educacional, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, apensado à proposição anterior;
- c) Projeto de Lei nº 7.420, de 2006, da autoria desta Relatora, que “Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção”, cujos artigos 4º e 5º reproduzimos a seguir:

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei caracteriza-se como:

I – crime de responsabilidade por violação patente contra o exercício de direitos individuais e sociais, nos termos do art. 7º, número 9, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950;

II – infração político-administrativa por deixar de defender direitos e interesses do Município, nos termos do art. 4º, VIII, do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967;

III – ato de improbidade administrativa, especialmente nos termos do art. 11, II, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Parágrafo único. Na hipótese de infrações sujeitas a penalidades de multa ou com prazo definido, os valores e prazos serão aplicados em dobro em relação ao estabelecido na respectiva legislação.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei ensejará a suspensão das transferências voluntárias da União ao Estado ou ao Município, relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino e aos programas suplementares referidos no art. 212 da Constituição Federal, incluídas suas extensões a outras etapas da educação básica, enquanto perdurarem as irregularidades.

Assim, entendemos por bem que essa temática deva ser mais bem discutida e aprofundada durante a tramitação no Congresso Nacional das proposições acima referidas em lugar de sua inserção de pronto no texto constitucional.

Pelas razões acima expostas, somos pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 134, de 2007, e da apensada nº 141, de 2007, ambas de autoria do nobre Deputado Alcení Guerra, e ainda da Proposta de Emenda à Constituição nº 317, de 2008, do ilustre Deputado Felipe Maia, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA